

CONHECIMENTOS, PRÁTICAS E ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ

Brendo Henrique da Silva Costa¹

 <https://orcid.org/0000-0001-7890-6345>

Angélica Servegnini de Wallau²

 <https://orcid.org/0000-0001-9277-7922>

Josiane Carine Wedig³

 <https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

RESUMO

Neste artigo, analisa-se a Jornada de Agroecologia do Paraná, considerando como os movimentos sociais e organizações camponesas passaram a se mobilizar pela defesa da agroecologia. Busca-se compreender como essa articulação coletiva contribui para a reivindicação de políticas públicas voltadas para essa pauta. Além disso, aborda-se os sentidos que as pessoas que participam desse evento atribuem à agroecologia, e como a participação na Jornada se relaciona com as práticas cotidianas da agricultura camponesa para a produção de alimentos saudáveis. O percurso metodológico se pautou em pesquisa qualitativa, com análise documental – principalmente das cartas-manifestos elaboradas em cada um dos encontros –, além de observação participante e entrevistas semiestruturadas. Verificou-se que esse é um espaço de mobilização pela valorização da agricultura camponesa, de proposição de políticas públicas, de defesa e ampliação de processos de formação técnica em agroecologia, além de evidenciar o protagonismo de jovens e mulheres.

Palavras-chaves: Jornada de Agroecologia. Movimentos Sociais. Políticas Públicas.

KNOWLEDGE, PRACTICES AND PEASANT ORGANIZATION IN THE JORNADA DE AGROECOLOGIA OF PARANÁ

ABSTRACT

In this article, analyze the Jornada of Agroecología of Paraná, considering how social movements and peasant organizations began to mobilize for the defense of agroecology. Seek to understand how this collective articulation contributes to the demand for public policies focused on this agenda. In addition, approach the meanings that people, who participate in this event, attribute to agroecology and how participation in Jornada relates to the daily practices of peasant agriculture to produce healthy foods. The methodological path was based on qualitative research, with documentary analysis – mainly of the manifesto letters elaborated in each of the meetings –, in addition to participant observation and semi-structured interviews. Verified that this is a space of mobilization for the valorization of peasant agriculture, the proposition of public policies, defense, and expansion of technical training processes in agroecology, besides highlighting the protagonist of young people and women.

¹ Engenheiro Agrônomo. Mestre em Desenvolvimento Regional. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV. E-mail: brendohenrique08@gmail.com.

² Advogada e Engenheira Agrônoma. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, campus Pato Branco. E-mail: angelicawallau@gmail.com.

³ Socióloga. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRJ. Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, campus Pato Branco. E-mail: josiwedig@gmail.com.

Keywords: Jornada of Agroecologia. Social Movements. Public Policies.

CONOCIMIENTOS, PRÁCTICAS Y ORGANIZACIÓN CAMPESINA EN LA JORNADA DE LA AGROECOLOGÍA DE PARANÁ

RESUMEN

En este artículo, se analiza la Jornada de Agroecología do Paraná, considerando cómo los movimientos sociales y las organizaciones campesinas comenzaron a movilizarse por la defensa de la agroecología. Se busca comprender cómo esta articulación colectiva contribuye a la demanda de políticas públicas dirigidas a esta agenda. Además, presenta los significados que las personas que participan en este evento le atribuyen a la agroecología y cómo la participación en la Jornada se relaciona con las prácticas cotidianas de la agricultura campesina para la producción de alimentos saludables. El enfoque metodológico se basó en una investigación cualitativa, con análisis de documentos – principalmente de las cartas manifiesto elaboradas en cada uno de los encuentros –, además de observación participante y entrevistas semiestructuradas. Se constató que ese es un espacio de movilización para la valorización de la agricultura campesina, para la proposición de políticas públicas, para la defensa y ampliación de procesos de formación técnica en agroecología, además de resaltar el protagonismo de jóvenes y mujeres.

Palabras clave: Jornada de la Agroecología. Movimientos Sociales. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos como o evento público, denominado Jornada de Agroecologia do Paraná, é organizado por movimentos sociais do campo e entidades atuantes no espaço rural e urbano. A Jornada é um evento itinerante, que ocorre desde o ano de 2002, mobilizando famílias camponesas e consumidoras(es), e tem como objetivo proporcionar diálogos e propor ações conjuntas em torno de perspectivas agroecológicas. O público majoritário das diversas edições é de camponesas(es) integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de outras organizações coletivas, técnicas(os), estudantes e docentes de universidade públicas.

Desde a sua criação, o propósito desse evento é a construção permanente de promoção da agricultura camponesa ecológica. Oito cidades já foram sede dos encontros: Ponta Grossa, Cascavel, Francisco Beltrão, Londrina, Maringá, Irati, Lapa e Curitiba. O lema “Terra livre de transgênicos e sem agrotóxico” perpassou todas as edições. É um evento que propicia o encontro para compartilhamento de conhecimento e criação de relações de reciprocidade entre as(os) participantes. Também, é um importante espaço de comercialização de alimentos, principalmente nas edições 17ª e 18ª, que ocorreram em Curitiba, e que tinham como um dos objetivos, a relação com as(os) consumidoras(es). A Jornada conta com feiras para comercialização e exposição de alimentos e outros produtos da agricultura camponesa; cozinhas de preparação coletiva das refeições; alojamento, onde as(os) participantes dormem durante os dias do encontro; espaços para apresentações culturais; conferências; palestras e oficinas.

Realizamos a pesquisa entre os anos de 2018 e 2020. Inicialmente, efetuamos a análise documental das cartas-manifestos produzidas em cada uma das edições da Jornada, no total de 18, onde foram identificados os principais temas abordados em cada ano. Isso nos permitiu verificar as pautas agroecológicas dos movimentos sociais do campo ao longo desse tempo. Além disso, fizemos observação participante durante a 18ª edição da Jornada de Agroecologia, em 2019. A nossa inserção na Jornada se deu por meio da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR)⁴, uma das entidades organizadoras do evento. Acompanhamos a feira de comercialização de alimentos, as atividades culturais, os atos políticos, além das palestras e oficinas. Também, participamos dos afazeres da cozinha coletiva e dormimos no acampamento. Realizamos entrevistas semiestruturadas com camponesas(es) participantes, as quais possibilitaram uma análise sobre o seu modo de inserção nesse espaço. Foram realizadas cinco entrevistas, quatro com integrantes do MST e uma com integrante da ASSESSOAR.

No artigo, apresentamos alguns aspectos da relação dos movimentos sociais do campo com a agroecologia, apontando para as transformações ocorridas na agricultura, com a Revolução Verde e as resistências geradas pelas comunidades camponesas frente ao avanço das monoculturas e da concentração de terra. Na sequência, descrevemos as cidades-sede das edições da Jornada, explicitando as principais temáticas abordadas em cada um dos encontros, e relatamos a dinâmica de funcionamento da última edição da qual participamos. Discutimos, ainda, a relação da Jornada com as pautas da agricultura camponesa e com as reivindicações por políticas públicas. Ao final, apresentamos os sentidos atribuídos à Jornada pelas(os) camponesas(es), como um espaço de compartilhamento de conhecimentos e de enfrentamento à monocultura, evidenciando a importância da formação em agroecologia.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E A AGROECOLOGIA

As duas guerras mundiais, especialmente a segunda, representaram um momento de reorganização da geopolítica e do aparecimento de novas diretrizes para a economia do sistema-mundo moderno (Wallerstein, 2001). A interdependência entre Ciência, Indústria e Estado fez emergir os mercados de produtos da indústria química da guerra, adaptados para a agricultura. Esse projeto, idealizado por entes públicos e privados, estabeleceu a modernização da agricultura, conhecida por Revolução Verde, que se apresentava como uma estratégia para a superação da escassez de alimentos; no entanto, acentuou a reprodução do capital através da produção de *commodities*.

⁴ Entidade de apoio técnico às famílias camponesas, fundada em 1966, na cidade de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná, por jovens agricultoras(es), com apoio de padres belgas. Atua com diversos atores sociais para o desenvolvimento da agricultura camponesa, com foco na agroecologia, na educação do campo e nas tecnologias ecológicas (ASSESSOAR, 2022).

Esse modelo adentrou o espaço rural por meio do pacote tecnológico, difundindo variedades de sementes híbridas e depois transgênicas, denominadas como de alto rendimento (VAR), mas que eram intensivamente dependentes de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, de irrigação intensiva e de mecanização dependente de combustíveis fósseis (Shiva, 2015). Esse padrão agrícola avançou sobre as agriculturas tradicionais, provocando a perda da terra por famílias camponesas, convertendo grande parte das áreas rurais em estruturas agroindustriais concentradas (Paula, 2017), estendendo as relações industriais ao campo (Mcmichael, 2016). Isso desencadeou mudanças nas formas de alimentação, afastando o ato de comer de sua tradição natural e aproximando-o de práticas alimentares globalizadas, fazendo com que o alimento passasse a ser entendido como mercadoria (Paula, 2017) e fosse projetado pelos impérios agroalimentares (Ploeg, 2008).

Empresas multinacionais passaram a controlar a produção, a comercialização e a distribuição de sementes, insumos e alimentos em todo o mundo, constituindo um sistema agroalimentar, vinculado às grandes indústrias e apoiado pelas estruturas dos Estados (Ploeg, 2008). Isso tem como consequência o impedimento do protagonismo e da autonomia das famílias camponesas em seu cultivo e em seu consumo, gerando pobreza e acarretando êxodo rural. É um sistema que disponibiliza à população um regime alimentar ineficiente, distanciado de valores biológicos e culturais, direcionado apenas ao retorno econômico das grandes redes agroalimentares (Paula, 2017). Portanto, a transformação dos alimentos em meros produtos industriais fortalece o poder corporativo, debilitando a possibilidade de as famílias camponesas produzirem alimentos de qualidade e em suas próprias comunidades (Guazzelli; Ribeiro, 2016).

O modelo moderno e capitalista de produção agrícola, orientado na lógica economicista e em uma visão euro-nortecentrada para implementação de políticas de desenvolvimento, reproduz o que Vandana Shiva (2003) denominou como projetos de homogeneização do mundo. Similarmente, Emma Siliprandi (2015) refere que esse modelo ocasiona o aumento da produtividade agrícola, contudo, causa graves problemas sociais e ambientais, pois está fundado na dependência tecnológica em relação às grandes empresas, gera expropriação da terra e aumento das desigualdades sociais e econômicas no campo e nos espaços urbanos – para onde foram deslocadas milhares de famílias camponesas.

Perante essa realidade perversa, os movimentos sociais do campo, como o MST, passaram a lutar pelo acesso à terra e por melhores condições de vida, demandando que as(os) trabalhadoras(es) rurais pudessem produzir seus alimentos para autoconsumo e comercializar os excedentes. A partir dos anos 2000, o MST passa a propor a agroecologia enquanto forma de fazer agricultura, retomando a produção de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos, visando à recuperação da biodiversidade, o cuidado com o manejo dos solos e a proteção das fontes de água. Ademais, tem

como propósito comercializar os alimentos com preços justos para a população urbana e para os mercados institucionais, como o da merenda escolar.

Para Miguel Altieri (2001), há muito tempo os movimentos sociais camponeses – como aqueles ligados à Via Campesina – defendem a necessidade da terra para a produção de alimentos pelas famílias agricultoras. Conforme o autor, através da agricultura camponesa, é possível proteger os empregos no campo, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, vislumbrando a soberania alimentar como alternativa ao atual modelo de controle dos grandes complexos agroindustriais.

A Via Campesina reúne um conjunto de movimentos sociais do campo e foi criada com o objetivo de se contrapor à apropriação da terra por empresas privadas. No Brasil, os movimentos que a integram são os seguintes: MST, Movimento dos Atingidos Por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que possuem um papel fundamental na articulação da Jornada de Agroecologia. Esse evento público pode ser dividido em dois focos principais: realizar a promoção da agroecologia e promover a luta pela reforma agrária popular.

A agroecologia, enquanto perspectiva de agriculturas⁵ e de vida, opõe-se ao modelo implantado pela Revolução Verde – pautado na monocultura, no latifúndio e no controle colonial dos conhecimentos, da terra, da produção e do consumo de alimentos. Constituída enquanto ciência, movimento e prática, ela visa apresentar aportes para repensar as relações de poder e de dominação, buscando transformar a lógica mercantil das *commodities* agrícolas, reintegrando a sociedade aos agroecossistemas, contribuindo para a construção de uma outra ética, viabilizando relações mais simétricas e fomentando os sistemas agrícolas tradicionais (Méndez; Bacon; Cohen, 2013). Contrapõe-se, portanto, à agricultura hegemônica, que está moldada para atender às necessidades dos países centrais do sistema-mundo moderno (Wallerstein, 2001).

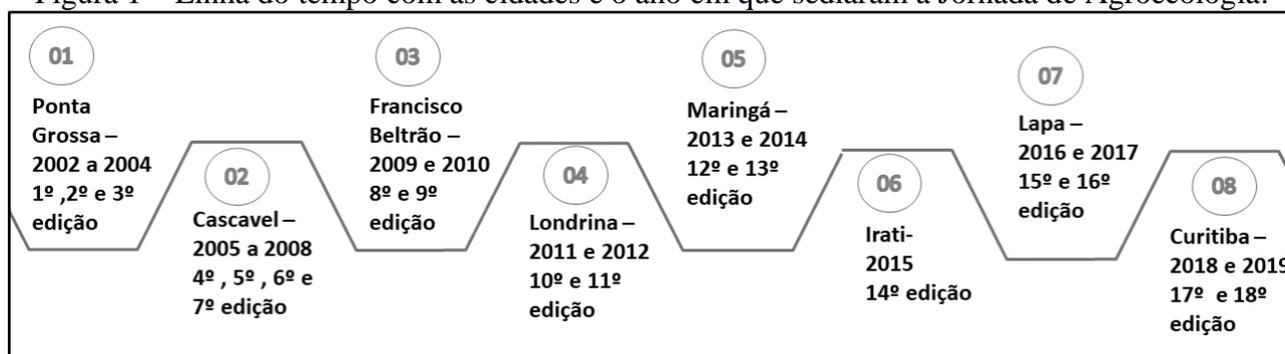
Nesse sentido, é importante ampliar a compreensão do modo como as(os) camponesas(es) constroem e compartilham os seus conhecimentos sobre a agroecologia. Portanto, o lócus de pesquisa da Jornada de Agroecologia – enquanto um espaço em que ocorrem reivindicações para a construção de políticas públicas voltadas à agricultura sustentável e a reivindicação da reforma agrária popular – é fundamental para ampliar o entendimento das dinâmicas camponesas em torno dessa questão.

⁵ Utilizamos o termo agriculturas no plural, considerando a multiplicidade de formas, dos povos camponeses, de cultivar a terra e de nela habitar.

LOCAIS E TEMAS DA JORNADA DE AGROECOLOGIA

Criada a partir de uma coalizão política entre movimentos sociais e organizações camponesas, a Jornada de Agroecologia reúne, em suas edições, camponesas(es) integrantes de movimentos sociais, estudantes e docentes de universidades, além de consumidoras(es). Desde a sua concepção, o objetivo desse evento é ser um espaço para estudo, mobilização política e troca de conhecimentos (Barcellos, 2012). Na Figura 1, apresentamos uma cronologia dos encontros e das cidades que já sediaram as Jornadas.

Figura 1 – Linha do tempo com as cidades e o ano em que sediaram a Jornada de Agroecologia.



Fonte: Elaborado pelo primeiro autor, 2020.

Nas cartas-manifestos, elaboradas ao final de cada uma das edições, é reforçada a necessidade da reforma agrária popular, que visa o acesso à terra para famílias camponesas, e do estabelecimento de um limite máximo de tamanho para a propriedade privada no país. A concentração de terra e os latifúndios, muitas vezes pautados no trabalho análogo ao escravo, são denunciados como causadores da violência no campo.

A cidade de Ponta Grossa, que sediou as três primeiras edições da Jornada, é marcada pela forte presença do agronegócio e pela ligação com a União Democrática Ruralista (UDR)⁶. Para os organizadores do evento, o enfrentamento ao agronegócio é necessário para que seja possível a construção de um desenvolvimento rural sustentável, baseado na agroecologia (Jornada de Agroecologia do Paraná, 2019).

A cidade de Cascavel sediou as quatro edições seguintes. Ela é emblemática, pois ali foi constituído o MST, na década de 1980. É, também, um território fortemente marcado pelo agronegócio, com a sua produção voltada para as monoculturas de milho e de soja. Os principais debates que perpassaram esses encontros foram a contraposição entre o uso das terras para a produção de transgênicos – que ainda eram proibidos no Paraná naquele período, mas que já entravam

⁶ Entidade que foi criada em 1958, e uma das principais instituições ligadas ao setor latifundiário brasileiro.

clandestinamente no país –, para a reforma agrária popular e para a agroecologia (Jornada de Agroecologia do Paraná, 2019).

O que notamos na análise das cartas-manifestos é que algumas das edições da Jornada dão maior ênfase para a questão da reforma agrária popular, que, no entanto, aparece em todas. Por exemplo, na realização do evento em 2008, em Cascavel, ocorreu a denúncia da criminalização e do assassinato de integrantes do MST, que lutavam pelo acesso à terra. Nessa ocasião, representantes da Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO) e do Movimento dos Produtores Rurais (MPR) fizeram ameaças aos participantes da Jornada, nos meios de comunicação da região (Barcellos, 2012).

Nos encontros da Jornada, vêm sendo denunciadas as manobras da bancada ruralista e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que violam os direitos constitucionalmente garantidos aos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponesas(es), trabalhadoras(es) rurais e outros.

Francisco Beltrão acolheu a 8ª e a 9ª edição da Jornada. O município está inserido em uma região marcada pela forte presença de empresas integradoras de criação de animais (porcos e aves) e de fomento ao agronegócio das *commodities* de grãos. Foi também o local em que, na década de 1950, ocorreu a Revolta dos Posseiros, movimento camponês de luta pela terra, no qual as(os) posseiras(os) estabeleceram resistências frente às companhias grileiras de terras, que se utilizavam de jagunços para amedrontá-las(os) e expulsá-las(os) dessas áreas (Pegoraro, 2008).

Em Londrina, a Jornada contou com uma ampla participação de estudantes universitárias(os) e secundaristas, com destaque para o debate sobre o protagonismo da juventude camponesa, objetivando fortalecer a agricultura dessa região, a partir desses atores sociais. Em 2013 e 2014, o evento ocorreu em Maringá, e o principal motivo da escolha da cidade foi de realizar o encontro em um espaço camponês agroecológico – a Escola Milton Santos de Agroecologia, criada no ano 2000, pelo MST. A escolha teve como objetivo proporcionar maior visibilidade e fomento à agroecologia, a partir dos processos formativos na área (Alaniz; Dal Ri, 2019).

A 14ª Jornada de Agroecologia ocorreu em 2015, na cidade de Irati, questionando o sistema judiciário, que criminalizou lideranças camponesas de organizações e movimentos sociais que integravam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Referiam-se ao caso emblemático da operação Agro Fantasma, que prendeu agricultores, no ano 2013. Em 2016, eles foram absolvidos devido à ausência de provas (Ruschel, 2019).

A cidade da Lapa recebeu a 15ª e a 16ª edição. A região conta com a presença de comunidades tradicionais, como os faxinalenses⁷ e é onde está localizado o Assentamento do Contestado, que sedia a Escola Latino-Americana de Agroecologia, fundada em 2005 como a primeira escola de graduação em agroecologia do país (Jornada de Agroecologia do Paraná, 2019).

⁷ Camponesas(es) que habitam os faxinais, que são áreas de uso comum, cuja ocupação se deu ainda no período colonial (Wedig, 2015).

As últimas edições da Jornada ocorreram em Curitiba, visando dialogar com trabalhadoras(es) e consumidoras(es) da cidade, e intensificar a luta por comida de verdade. A intenção desses eventos – ocorridos nas praças centrais e na Universidade Federal do Paraná (UFPR) – foi levar o debate sobre agroecologia e reforma agrária para o público não rural e contar com o apoio deles nessas pautas. Na Figura 2, consta um dos cartazes de divulgação da edição que ocorreu em 2019.

Figura 2 – Cartaz de divulgação da 18ª Jornada de Agroecologia.



Fonte: Jornada de Agroecologia do Paraná, 2019.

A Jornada é um espaço de partilha de conhecimentos, sementes e encaminhamentos políticos. Na edição que acompanhamos, em Curitiba, observamos que o evento conta com feiras de alimentos e outros produtos, cozinhas, alojamentos coletivos, palestras, oficinas, atividades culturais, dentre outras atividades. No primeiro dia, as delegações, dos diversos municípios do estado, dirigiram-se ao lugar de credenciamento, onde recebiam bolsas, *bottons* e materiais impressos a respeito do evento. Todos os dias ocorriam reuniões entre as delegações para a organização das atividades. Os horários para entrada e saída dos alojamentos foram estabelecidos previamente, e as(os) próprias(os) camponesas(es) se revezavam no cuidado desse espaço.

A Feira da Agrobiodiversidade Camponesa e Popular ocorreu na praça Santos Andrade, no centro da cidade, e contou com 100 coletivos camponeses, que comercializaram alimentos e outros produtos, como sementes crioulas, hortaliças, bolachas, pães, plantas alimentícias não convencionais, livros, roupas, artesanatos e remédios naturais. Além disso, nesse mesmo local, 12 coletivos formaram a Feira Culinária da Terra, na qual eram preparados e vendidos alimentos para serem consumidos na hora. As feiras apresentam um papel importante na interação das(os) camponesas(es) com a população urbana, proporcionando trocas de conhecimentos e auxiliando a desfazer o preconceito propagado sobre os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, pelos meios de comunicação hegemônicos.

Outro espaço importante dessa Jornada foram as cozinhas coletivas ou comunitárias, nas quais a comida era preparada por e para aquelas(es) camponesas(es) que participavam das atividades e que comercializavam as suas produções. Durante os quatro dias de evento foram servidos café da manhã,

almoço e janta. A estrutura dessas cozinhas foi alocada na Casa do Estudante Universitário da UFPR. Eram sete cozinhas, sendo que seis delas eram para membros do MST de diferentes regiões do Paraná, e a outra foi compartilhada por integrantes da ASSESOAR, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)⁸, Rede Ecovida do Sudoeste do Paraná, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – *campus* Pato Branco e Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *campus* Capanema.

As cozinhas constituem espaços essenciais para a manutenção de todas as atividades da Jornada, ocorrendo a partilha de alimentos, conhecimentos, experiências, temperos, sementes e afetos. É na cozinha que as(os) participantes se (re)conhecem e se (re)encontram (Wallau; Costa; Wedig, 2019)

Figura 3 – Cozinha comunitária da 18ª Jornada de Agroecologia.



Fonte: Arquivo do primeiro autor, 2019.

Através da observação participante, foi possível perceber que a Jornada é um evento que possibilita o compartilhamento de conhecimentos sobre a agroecologia e o fortalecimento das reivindicações pela reforma agrária popular, como forma de vida para comunidades camponesas, e de acesso à alimentos diversos, sem agrotóxicos e transgênicos, para a população urbana.

REIVINDICAÇÕES POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA

A Jornada, desde a sua criação, é um evento de defesa pública da agricultura camponesa. Na carta-manifesto, que antecedeu a sua primeira realização, elaborada em 2001, estavam elencados os seus princípios, dentre eles a valorização da agricultura camponesa em termos socioculturais,

⁸ Criado em 1978, no Rio Grande do Sul, é uma organização da sociedade civil, ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que atua disseminando alternativas sustentáveis de produção para famílias camponesas, oferecendo alternativas para a permanência no campo. É uma entidade presente nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

econômicos e ambientais. Durante as 18 edições, esse aspecto vem sendo promovido através da articulação de organizações coletivas que se contrapõem ao agronegócio, às monoculturas, aos agrotóxicos, aos transgênicos e à concentração de terras.

A partir da 2ª edição, ocorrida em 2003, as(os) participantes pautaram a necessidade da criação de políticas públicas destinadas à agroecologia. Com isso, as ações realizadas através do evento têm colaborado para o debate sobre essas políticas. Durante a Jornada, as(os) camponesas(es) constataram que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, estava voltado para o financiamento do pacote agrícola da Revolução Verde. Frente a essa situação, as reivindicações camponesas e a articulação com organizações de diferentes regiões do país permitiram que ocorresse uma ação política para o estabelecimento de uma linha de crédito específica para a agroecologia, em 2006, o PRONAF Agroecologia. As propostas para essa modalidade consideram a possibilidade do uso de sementes crioulas pelas famílias interessadas em desenvolver o sistema de produção de base agroecológica (Moura, 2017).

Além disso, outras políticas públicas foram criadas a partir da mobilização e da articulação com diversas organizações no país, a exemplo do PAA, como apoio estrutural do Programa Fome Zero. As diretrizes desse programa visam à inclusão econômica e social, por meio da valorização e do consumo de alimentos oriundos de associações e cooperativas da agricultura familiar. Da mesma forma, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), surgido em 1995 e ampliado no ano de 2009 para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos, que estabeleceu uma relação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar (Moura, 2017).

Grande parte das(os) camponesas(es) que participam da Jornada estão integradas(os) a essas políticas públicas, a partir das quais realizam a comercialização da sua produção para os mercados institucionais. Como relata dona Genecilda, camponesa integrante do MST:

Nós [integrantes da Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná – CREHNOR⁹] estamos com toneladas e toneladas de alimentos para o PNAE estadual e municipal e também para o exército, estamos com um projeto de 160 mil reais para fornecer alimentos para o exército (Genecilda, entrevista realizada em 31 de agosto de 2019).

Em sua narrativa, fica explícita a organização coletiva via movimento social e cooperativismo, com foco na reforma agrária e na produção de alimentos agroecológicos, para instituições públicas.

Durante a 6ª edição da Jornada, em 2007, ocorreu a proposição da implementação de um programa de merenda escolar ecológica no Paraná. Em 2019, após 12 anos do início desse debate, o governo estadual aprovou a lei que garante que 100% da merenda escolar da rede estadual será

⁹ Dona Genecilda é uma das sócias fundadoras da Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (CREHNOR), que foi criada em 1996.

orgânica, até 2030. No entanto, no decreto governamental ocorrem alterações do que havia sido proposto inicialmente, pois, na primeira versão do Projeto de Lei, seriam mais de 2 mil escolas atendidas até 2030, agora não há metas ou prazos estabelecidos. Além disso, houve a redução de incentivos para a aquisição de produtos orgânicos e a retirada da sociedade civil no Comitê Gestor do Plano de Introdução Progressiva de Produtos Orgânicos na Alimentação Escolar do Estado do Paraná (Terra de Direitos, 2020). Mesmo com sua aprovação, os movimentos sociais e organizações camponesas se mantêm em alerta, para que iniciativas como essa contemplem e fortaleçam a agricultura camponesa e não sejam apropriadas pelo agronegócio dos produtos orgânicos de larga escala. Para isso, essas organizações seguem com suas reivindicações para a criação de incentivos técnicos e de crédito para a produção camponesa e agroecológica.

O que se observa são avanços e recuos nas políticas públicas para a agricultura camponesa e a agroecologia, como por exemplo, em 2012, em que o governador do estado, Beto Richa, vetou o Projeto de Lei nº 403/11, que destinava incentivos à implementação de sistema de produção agroecológicos, alegando que a iniciativa do projeto não era de interesse público (MST, 2012).

Em 2013, na 12ª edição da Jornada, houve a pressão popular para o estabelecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Essas reivindicações se inserem no percurso, fóruns e arenas de participação social, que construíram um pensamento crítico relacionado à modernização da agricultura e, contrapondo-se a ela, propuseram a produção de alimentos de forma sustentável (Niederle *et al.*, 2019).

Outras pautas que perpassaram as edições da Jornada foram aquelas relacionadas à garantia do direito à terra e ao território de povos e comunidades tradicionais, como os coletivos indígenas e quilombolas. Também, foram feitas denúncias sobre a morosidade da regularização dessas áreas no estado. No caso das comunidades quilombolas, há mais de 50 reconhecidas no Paraná, 30 delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e apenas uma com a titulação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – o quilombo Paiol de Telha, no município de Reserva do Iguaçu.

Além disso, outro tema presente nas edições da Jornada é o de garantir a permanência das(os) jovens e das mulheres no campo, através do acesso a políticas públicas de educação, cultura, saúde e moradia. Também, a temática do combate à violência doméstica e incentivo à luta feminista, pois como têm reafirmado as mulheres de diversos encontros de agroecologia pelo país: “sem feminismo não há agroecologia”¹⁰.

¹⁰ O III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido em 2014, na Bahia, trouxe para o debate a necessidade de a agroecologia estar pautada no enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e às violências sexistas e coloniais que invisibilizam, oprimem e destroem os territórios e os corpos das mulheres. O Encontro teve como lema “Sem feminismo

Ademais, a Jornada propicia que as(os) jovens se tornem lideranças nas suas comunidades, pois os conhecimentos obtidos são compartilhados por elas(es) com seus coletivos locais. Ana Paula, jovem camponesa, integrante do MST, relata como a sua participação na Jornada lhe permitiu adquirir conhecimentos sobre a certificação de sementes orgânicas, e com isso foi se tornando uma liderança comunitária no assentamento em que vive, do Contestado, no município da Lapa. Ela expressa:

Acho que foi Irati, eu fui especificamente para participar do debate que tinha sobre as sementes orgânicas, porque gerava muita polêmica no nosso núcleo de agroecologia e ninguém sabia explicar. Eu falei: eu vou só para saber explicar, porque daí eles veriam. Havia muita pressão em cima de mim porque eu era a que mais lia, que tinha mais interesse pelas sementes orgânicas (Ana Paula, entrevista realizada em 30 de agosto de 2019).

A jovem relata que, após a participação na Jornada, retornou ao assentamento com informações sobre o processo de certificação de sementes orgânicas, possibilitando esclarecer dúvidas de seu grupo. Ela foi dirigente no assentamento durante três anos, nos quais inseriu as(os) jovens nas práticas agroecológicas, já que, segundo ela, há pouco incentivo para elas(es) participarem dessas discussões, em sua comunidade. Através da pesquisa de campo, verificamos que jovens e mulheres são a maioria das(os) participantes da Jornada, assumindo o protagonismo na crítica ao modelo convencional de agricultura e empenhadas(os) em construir formas distintas de vida.

COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS E ENFRENTANDO A MONOCULTURA

Desde a sua criação, a Jornada de Agroecologia visa ao fortalecimento e à promoção da agricultura de base ecológica. Nas cartas-manifestos, elaboradas nas diversas edições do evento, constam críticas às estruturas político-econômicas prevalentes no atual sistema agroalimentar, confrontando o agronegócio e denunciando o patenteamento e o monopólio dos recursos genéticos por empresas multinacionais.

Alguns dos atos mais emblemáticos, ocorridos nas edições da Jornada, foram contra a liberação dos transgênicos. Na 2ª edição do evento, em 2003, um grupo de manifestantes ocupou um centro ilegal de produção de sementes transgênicas da Monsanto, em Ponta Grossa. Nesse espaço, foi inaugurado, pelos movimentos sociais, em 15 de maio de 2004, o Centro Chico Mendes de Agroecologia, que tinha por finalidade a produção de sementes crioulas, adubos verdes e plantas medicinais para os acampamentos e assentamentos de reforma agrária, além de promover eventos de formação técnico-política de camponesas(es). Após 18 meses de ocupação e funcionamento do espaço, as(os) camponesas(es) foram desapropriadas(os) por ordem judicial e as atividades do Centro Chico Mendes de Agroecologia foram encerradas. A Monsanto foi condenada a pagar R\$ 1,5 milhão à União (MST, 2004).

não há agroecologia”, pauta que passou a ser adotada por várias outras organizações camponesas em todo o país (Articulação Nacional da Agroecologia, 2014).

Durante a 7ª edição, participantes ocuparam o centro de transgenia da Syngenta, já que essa não cumpria a legislação ambiental que garante uma distância de 10km de seus plantios das reservas ambientais. A empresa foi multada em R\$ 1 milhão, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e o seu campo experimental, em Santa Tereza do Oeste, Paraná, foi desapropriado. A área, de 123 hectares, foi repassada ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) (Hauptmann, 2008).

A Jornada permitiu que camponesas(es) tivessem algumas conquistas significativas no campo político, como a criação da Lei Paraná Livre de Transgênicos, que proibia a entrada de produtos transgênicos pelo Porto de Paranaguá; a concretização da fiscalização da produção e da comercialização de sementes transgênicas; a manutenção da moratória internacional e nacional contra a tecnologia “terminator”; e a Lei de Rotulagem dos Produtos Transgênicos. Entretanto, esse conjunto de conquistas foi inviabilizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), alegando inconstitucionalidade (Tardin, 2009; Barcellos, 2012).

A concepção das(os) participantes da Jornada sobre a agroecologia é a de que ela vai além de um sistema de produção, tida, portanto, como uma filosofia de vida. Sobre essa forma de pensar, seu Walmir, camponês, integrante do MST, ressalta:

Eu acho que agroecologia é você lidar com a vida e a gente sabe do tamanho da importância do que é a vida. Quando se fala em produção orgânica você está falando em vida. A produção agroecológica é saudável, a questão do meio ambiente você está preservando, preservando o ecossistema, a biodiversidade e até as próprias águas, sistemas agroflorestais. É um complexo muito grande a agroecologia. Não é só a produção, é o convívio familiar, convívio comunitário, desde as partículas de sementes que a gente tanto pega de lá para cá, como a gente também doa (Walmir, entrevista realizada em 29 de agosto de 2019).

Nessa narrativa, Walmir destaca os aspectos relacionados à vida em suas múltiplas relações, apontando para a agroecologia como modo de vida relacionado às águas, à floresta, às relações comunitárias. Ele é um desses guardiões de sementes crioulas, presentes na Jornada, e relata as suas motivações nessa atividade:

Eu penso assim, sempre tem um desafio, novidades na questão de conhecimentos que a gente já tem. Tem sementes que a gente pretende encontrar e não encontra então o desafio da gente é ter coisas novas e ao mesmo tempo repassar algumas sementes fazendo trocas, até porque sozinho a gente não vai conseguir tantas sementes. No nosso sistema, dentro da rede ecovida, de compartilhar, de você fazer um manejo de troca de sementes, é um desafio. Sempre tem gente tentando produzir, mas não tem aquela semente, sempre tem procura de sementes que já existiram e hoje estão escassas (Walmir, entrevista realizada em 29 de agosto de 2019).

Nesse processo de troca de saberes, as(os) guardiãs(ões) de sementes possuem um papel fundamental na preservação da biodiversidade, principalmente no período de catástrofes climáticas, tão marcantes nessas últimas décadas (Stengers, 2015).

Figura 4 – Walmir, guardião de sementes de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná.



Fonte: Arquivo dos autores, 2019

Uma das conquistas celebradas pela Jornada foi a criação, em 2012, do PAA-Sementes, que autoriza a destinação de até 5% do orçamento anual do PAA para a compra de qualquer tipo de sementes, mudas e outros materiais de propagação. Esse tipo de política pública é fundamental para auxiliar as(os) camponesas(es) e as suas organizações na comercialização. Entretanto, o PAA, como outros programas governamentais, está sofrendo um processo de desmonte pelo governo que ocupou o poder entre 2019 e 2021, que tem, explicitamente, a base eleitoral latifundiária que se opõe ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar camponesa. Dessa forma, a mobilização de movimentos sociais e de organizações camponesas é fundamental para pressionar pela manutenção e pela ampliação dessa política. A Jornada assume, nesse contexto, um papel de grande importância, levando esse debate ao público mais amplo (Articulação Nacional da Agroecologia, 2020).

A Jornada é um processo permanente e contínuo de compartilhamento de conhecimentos populares entre as(os) camponesas(es). Esses conhecimentos ancestrais, repassados entre as gerações e interligados aos ecossistemas, estão para além daqueles construídos pelo padrão científico ocidental, incluindo múltiplos atores sociais (Méndez; Bacon; Cohen, 2013). José Carlos, camponês integrante do MST, relata como o conhecimento sobre adubação verde, adquirido na Jornada, ajudou-o a diminuir os seus gastos de produção:

Eu aprendi muito sobre a parte de adubação. Antes eu gastava muito, sempre comprando adubo. Hoje não, eu trabalho tudo com orgânico, hoje uso aquele nabo, comprei algumas sementes. Comecei com aquele feijão graúdo que tem três variedades (José Carlos, entrevista realizada em 30 de agosto de 2019).

A agroecologia é entendida, nos espaços da Jornada, como ciência, prática e movimento, ressaltando a importância do conhecimento popular. Conforme a carta da 16ª edição, ocorrida em 2017:

A agroecologia é prática, ciência e movimento sendo a única saída democrática possível para um projeto popular soberano e para superação da crise e da posição dependente brasileira. É condição para efetivação dos Direitos Humanos ambientais, culturais, econômicos e sociais, em especial ao da terra e território, à alimentação saudável, ao livre uso da agro e sociobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a elas associados e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável (Jornada de Agroecologia do Paraná, 2017).

Nesse espaço também são valorizados os conhecimentos associados às plantas medicinais. Nesse sentido, a 18ª edição contou com um espaço intitulado “Saúde Popular”, onde foram comercializados remédios naturais, e podiam ser realizadas consultas com médicos populares.

Os espaços da Jornada permitiram criar elos e afetos, sendo esses os principais motivos de participação elencados pelas(os) entrevistadas(os). Conforme John Cunha Comerford (1999), os espaços de reuniões criam sociabilidades que contribuem para a consolidação de uma rede de relações que ultrapassam as estruturas formais das organizações. Sobre essa criação de elos, seu Walmir e dona Vilma (camponesa, integrante da ASSESSOAR) comentam, respectivamente: “Eu gosto de participar porque além de aprender muito coisa que eu não sei, o que eu sei estou passando para os companheiros que não sabem” (Walmir, entrevista realizada em 29 de agosto de 2019). “Eu gostei muito, fiz muitas amizades, muita gente querida, é a coisa mais bonita. Não vou perder mais nenhuma” (Vilma, entrevista realizada em 31 de agosto de 2019).

A Jornada ressalta a importância de rompermos com o conhecimento monocultural (Shiva, 2003). Atualmente, a maior parte dos cursos de ciências agrárias são voltados para atender ao agronegócio e para propagar as monoculturas. Contrapondo-se ao modelo da difusão das tecnologias da Revolução Verde e denunciando os custos sociais e ecológicos gerados pela industrialização agrícola, as diversas edições da Jornada têm buscado fomentar outras formas de tecnologias populares e locais, associadas a alguns pesquisadores de universidades, que têm sido dissidentes do fomento da agricultura hegemônica.

Nesses encontros, ocorre a defesa de formação educacional na área da agroecologia. Por exemplo, na 9ª edição do evento, em Francisco Beltrão, foi realizada a formatura da 1ª turma de tecnólogos em agroecologia do Brasil, formados pela Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), em parceria com o IFPR. Além disso, em 2013, a 12ª edição foi realizada na Escola Milton Santos, em Maringá, que nos últimos 12 anos havia formado 80 jovens, oriundos de assentamentos da reforma agrária e de comunidades tradicionais, como técnicos em agroecologia. Essas parcerias realçam a importância das universidades e dos institutos públicos de educação na construção da

agroecologia como um projeto popular e soberano, permitindo criar um processo de valorização, além do resgate do conhecimento e da cultura camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Jornada de Agroecologia é um evento organizado por movimentos sociais e organizações camponesas, com o objetivo de promoção da agroecologia e da reforma agrária. Nesses encontros, as(os) participantes confrontam diretamente o agronegócio e suas estruturas, por meio de ocupações de espaços públicos e propriedades privadas que não estão cumprindo sua função social e ambiental, mas, em especial, ocupam um espaço de esperança, onde a construção de um outro mundo é possível.

Nas palestras, cartas-manifestos e conversas informais durante a Jornada, é possível observar, com uma certa frequência, o uso da palavra luta, em narrativas onde camponesas(es) relatam suas vidas, expressam a necessidade de serem reconhecidas(os), frente a um contexto em que suas vidas e o acesso à terra se encontram ameaçados. Esses processos de mobilização política constituem formas de participação social e sociabilidade de segmentos que foram marginalizados e invisibilizados pela forma monocultural da agricultura hegemônica.

Destacamos, desse modo, a importância da Via Campesina na mobilização desses movimentos sociais que organizam a Jornada. O MST compõe a maior parte das delegações da organização. Em seus 18 anos de existência, a Jornada foi palco para grandes conquistas dos movimentos sociais agroecológicos, como a proibição temporária de produtos transgênicos no Porto de Paranaguá, a Lei de Rotulagem de Transgênicos, a formação de jovens em agroecologia e o fortalecimento das escolas dos movimentos sociais do campo. Além disso, teve um importante protagonismo na reivindicação para a aprovação da Lei de Compra de Alimentos Orgânicos para a Merenda Escolar, defendendo que as(os) alunas(os) da rede pública pudessem ter acesso a uma alimentação saudável, vinda da agricultura familiar e camponesa.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, E. P.; DAL RI, N. M. Educação, trabalho e formação profissional no MST: a experiência do Curso de Agroecologia da Escola Milton Santos. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, v. 4, p. e6789, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e6789>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DA AGROECOLOGIA. *In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ENA: CUIDAR DA TERRA, ALIMENTAR A SAÚDE E CULTIVAR O FUTURO*, 3. 2014, Juazeiro (BA). *Anais eletrônicos...* Juazeiro, 2014. 232 p. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/anais-do-iii-encontro-nacional-de-agroecologia-ena.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DA AGROECOLOGIA. *Como acessar a modalidade “sementes” do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?* Rio de Janeiro: GT Biodiversidade, 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/09/PAA_Sementes-GtBioANA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ASSESOAR. *Quem somos*. Francisco Beltrão, 2022. Disponível em: <<https://assesoar.org.br/associacao-de-estudos-orientacao-e-assistencia-rural-assesoar/>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BARCELLOS, S. B. A Jornada de Agroecologia e a ampliação das pautas e mobilização política nos movimentos sociais rurais. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, n. 32, p. 149-168, jun. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2012.0i32.a41465>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GUAZZELLI, M. J.; RIBEIRO, S. Novas Tecnologias, corporações e seus impactos sobre a soberania alimentar. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs.). *Soberania alimentar (SOBAL) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*. Curitiba: UTFPR, 2016.

HAUPTMANN, C. Syngenta doa fazenda ao governo do PR. In: *Gazeta do Povo*, Cascavel, 14 out. 2008. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/syngenta-doa-fazenda-ao-governo-do-pr-b85lrb0o4j6xngp6d60uqtbv2/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ. *Carta da 16ª Jornada de Agroecologia*. Paraná, 2017. Disponível em: <<https://jornadadeagroecologia.org.br/category/carta/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ. *Cartilha da 18ª Jornada de Agroecologia*. Paraná, 2019. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Cartilha-Jornada-_2019-web.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

MCMICHAEL, P. *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo: Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

MÉNDEZ, E.; BACON, C.; COHEN, R. La agroecología como un enfoque transdisciplinar, participativo y orientado a la acción. *Agroecología*, Murcia, v. 8, n. 2, p. 9-18, 2013. Disponível em: <<https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/212061>>. Acesso em: 22 out. 2019.

MOURA, I. F. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas do Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017. p. 25-51.

MST. *Jornada de Agroecologia resgata cultura de sementes crioulas*. [s.l.]: MST, 2004. Disponível em: <<https://mst.org.br/2004/05/21/jornada-de-agroecologia-resgata-cultura-de-sementes-crioulas/>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

MST. *Governo do Paraná vê agroecologia como afronta ao interesse público*. [s.l.]: MST, 2012. Disponível em: <<https://mst.org.br/2012/05/10/governo-do-parana-ve-agroecologia-como-afronta-ao-interesse-publico/>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

NIEDERLE, P. A. *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>>. Acesso: 17 out. 2019.

PAULA, N. M. *Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios*. Curitiba: CRV, 2017.

PEGORARO, É. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. *Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2008. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/28>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PLOEG, J. D. V. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RUSCHEL, R. *A história dos 13 agricultores presos por Moro e depois absolvidos*. [s.l.]: Carta Capital, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-historia-dos-13-agricultores-presos-por-moro-e-depois-absolvidos/>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, V. *A violência da Revolução Verde: Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo*. Lisboa: Mahatma, 2015.

SILIPDRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2015.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

TARDIN, J. M. Jornada de Agroecologia: camponesas e camponeses em movimento construindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. *Cadernos de Agroecologia*, [s.l.], v. 4, n. 1, 31 dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/3393>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

TERRA DE DIREITOS. *Ratinho Jr. altera decreto de alimentação escolar orgânica e desconsidera proposta da sociedade civil*. [s.l.]: Terra de Direitos, 2020. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/ratinho-jr-altera-decreto-de-alimentacao-escolar-organica-e-desconsidera-proposta-da-sociedade-civil/23271>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

WALLAU, A. S.; COSTA, B. H. S.; WEDIG, J. C. Cozinhar, partilhar e resistir: camponesas(es) do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a construção da agroecologia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA AMÉRICA LATINA (SIDIAL), 2., 2019, Chapecó. *Anais...* Chapecó: UnoChapecó, 2019. p. 336-346. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nyT4S_xyaWHPcSWttsu6LDBFh1JoEn_Z/view>. Acesso em: 25 abr. 2020.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEDIG, J. C. *Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná: luta pelo território e pela diferença*. 2015. 172 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2677369>. Acesso em: 15 abr. 2020.